

AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DA CLASSE HOSPITALAR E DOMICILIAR

Tatiana Fernandes de Oliveira ¹
Wilson de Oliveira Júnior ²

Secretaria Municipal de Educação (SMED) Salvador – BA, Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce - emhirmadulce@educacaosalvador.net

RESUMO

Este artigo trata de uma reflexão sobre a avaliação no cenário da educação brasileira dando ênfase ao contexto da Classe Hospitalar e Domiciliar. Através de um estudo bibliográfico, traz os principais referenciais sobre as concepções de avaliação, indo da sabatina e do exame até a prática mediadora. Contextualiza de forma breve a Classe Hospitalar e Domiciliar analisando o perfil de avaliação que se harmoniza com a proposta de trabalho dessa modalidade de ensino que busca conhecer o aluno, seus saberes e condições físicas, psíquicas e afetivas para realização de uma prática voltada para o desenvolvimento global do educando.

Palavras - chave: Avaliação, Cognitivo, Classe Hospitalar.

INTRODUÇÃO

Inerente à ação humana, o ato de avaliar acompanha as civilizações desde os primeiros discernimentos, ajudando a definir ações e analisar os riscos ou vantagens nelas existentes. Sendo imprescindível para o planejamento e análise da ação humana, principalmente no contexto educacional, servindo como um meio para evolução do sujeito.

Vinculada à concepção de aprendizagem, a avaliação escolar é a bússola que indica a postura pedagógica de uma escola, podendo ser discriminatória e excludente ou acolhedora e inclusiva. O que faz o estudo sobre suas concepções e trajetória um importante ganho para prática dos profissionais em educação.

¹ Mestra em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade pela Faculdade Gama filho (2015), Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Candido Mendes (2016), Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Candido Mendes (2015), Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade do Norte do Paraná (2014), Especialista em Metodologia do Ensino Superior com Ênfase em Novas Tecnologias (2004), Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia (2002). fernandesotati@gmail.com

² Mestre em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade pela Faculdade Gama filho (2015), Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Candido Mendes (2016), Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Candido Mendes (2015), Especialista em Neurociência e Comportamento pela Faculdade do Norte do Paraná (2014), Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004), Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia (2000). wilsonojr@globomail.com

Com o objetivo de fazer uma análise da avaliação no cenário da educação brasileira e de como ela acontece no contexto da Classe Hospitalar e Domiciliar, o artigo traz um estudo bibliográfico, embasado principalmente nas produções dos autores Hoffmann, Luchesi e Fonseca, que abordam a avaliação na perspectiva sócio construtivista.

A partir de um recorte histórico das práticas avaliativas no Brasil e fazendo uma análise dos seus significados, busca entender as novas esferas educacionais e como ocorre a avaliação da aprendizagem na prática educativa dos professores que nelas atuam.

2 BREVE RECORTE HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO NO BRASIL

Dentro do processo educacional brasileiro, apesar de não haver uma formalização da avaliação no período colonial, ela foi iniciada pelos jesuítas como verificação do ensino de memorização e repetição, de acordo com ARANHA (1989) ao relatar que o termo “sabatina” se deve as verificações das repetições realizadas todo sábado pelos alunos que ainda não haviam memorizado as lições. Sabatinas que infelizmente perduram até hoje em algumas instituições.

Sem expressivas mudanças durante o período do império, a avaliação da aprendizagem no Brasil passou a ser sistematizada a partir da república com a realização de provas para aprovação ou reprovação dos estudantes e posteriormente com atribuição de notas para quantificar os conhecimentos averiguados.

Essa sistematização ganhou critérios rigorosos a partir dos anos 70 onde a avaliação assumiu um caráter instrumental que segundo Fischer (2002) procurava garantir a “fidelidade dos testes” e a neutralidade do avaliador para “conclusões objetivas e imparciais”. Buscando uma exatidão científica dos métodos, instrumentos e técnicas valorizados na época como meios para qualidade da educação.

Perdurando até os dias de hoje, a avaliação como medição ou exame no Brasil teve seu questionamento anterior às publicações direcionadas ao tema, com pioneiros como Anísio Teixeira e Paulo Freire que ao reivindicar uma educação democrática que valorizasse o sujeito e suas vivencias trazia incluso a exigência de uma avaliação mais subjetiva que possibilitasse ao educando autonomia em sua formação.

Segundo Carvalho & Carvalho (2002) as publicações sobre a mudança da avaliação quantitativa para qualitativa foram iniciadas em 1978 com Marli Andre, ganharam força nos

anos 80 com as autoras Maria Amélia Golberg e Clarilza Prado de Souza, e se concretizaram com as discussões e aprofundamentos de Luckesi, Hoffman e Vasconcelos sobre a necessidade de romper com a perspectiva da avaliação meramente classificatória que mede o sucesso ou o fracasso dos alunos e de abraçar a perspectiva da avaliação mediadora, diagnóstica e inclusiva que investiga, analisa e intervém durante todo o processo ensino aprendizagem.

3 OS NOVOS RUMOS DA AVALIAÇÃO

A educação passou por inúmeros processos de mudanças e adequações para atender as reivindicações de teóricos e da sociedade que clamam por um olhar diferenciado do ser humano enquanto ser integral e integrado e de como ocorre seu desenvolvimento. Tentando assimilar as novas teorias e atender as exigências sociais, a escola tem procurado transformar seus modelos de ensino e conseqüentemente adapta-se ao novo perfil de avaliação exigido pelo processo educacional voltado para desenvolvimento global do ser.

Luckesi (2011) salienta a dificuldade para essa mudança de paradigma avaliativo pelos educadores, uma vez que se tem enraizados os hábitos e práticas da avaliação como exames trazidos por cinco séculos de história da avaliação como meio excludente e de “disciplinamento - não disciplina”, pelo tipo de sociedade que reforça a exclusão e por toda a vivência escolar que os fazem repetir o que vivenciaram. O autor destaca a necessidade de uma “consciência crítica, clara e precisa” aliada ao desejo político desses professores para se mudar do exame classificatório, seletivo e exclusivo para a avaliação inclusiva, diagnóstica e reflexiva.

Ideia reforçada por Hoffmann (2009) ao abordar que a consciência crítica e responsável sobre a educação, é seu papel social e o que permitirá aos educadores a “construção do ressignificado da avaliação”. Relata também que existe um desejo de mudança por partes desses docentes que “não se satisfazem mais em repetir os métodos tradicionais de avaliação e passam a contestá-los quanto ao seu significado social e político.”

Hoffmann (2009) descreve também a necessidade de trocas de informações e da união dos professores na construção dos novos rumos para avaliação, onde propõe “uma ação coletiva e cooperativa entre os educadores no levantamento e discussão de questões

avaliativas” para criação conjunta de uma nova prática.

O novo parâmetro de avaliação é descrito por Luckesi como subsídio para a construção do melhor resultado possível, com recursos para diagnosticar e intervir nos resultados, visando à direção desejada. Enquanto Hoffmann enfatiza sua ação mediadora em busca de uma qualidade educacional a qual ela ressalta:

...qualidade, numa perspectiva mediadora de avaliação, significa desenvolvimento máximo possível, um permanente “vir a ser”, sem limites preestabelecidos, embora com objetivos claramente delineados, desencadeadores da ação educativa... (2009, p. 31-32).

Não se trata de averiguação de resultado final, mas de um acompanhamento constante do aprendizado do escolar para se traçar novas estratégias de mediação. O professor investiga o saber construído pelo escolar para lançar desafios que o leve a evoluir e construir novos conhecimentos. Enquanto o educando é o principal agente do seu processo de aprendizagem. Hoffmann (2009) diz que para o educando aprenda precisa ser instigado e motivado pelo professor que deve conhecê-lo. Enquanto Luckesi (2000) diz que o professor precisa ser “disponível para acolher os alunos no estado em que estejam, para, a partir daí, poder auxiliá-los”.

Assim a compreensão do papel dos principais atores do processo ensino aprendizagem, como esse processo ocorre e à quais objetivos se propõe é decisivo para criar um novo olhar e fazer avaliativo.

Na concepção tradicional de aprendizagem onde o aluno reproduz o saber passado pelo professor, o olhar e fazer avaliativo se dar pelo ato de examinar que segundo Luckesi (2005) se propõe a classificar os alunos que aprenderam ou não, estando preso ao passado do processo de aprendizagem “na medida em que deseja saber do educando somente o que ele já aprendeu; o que ele não aprendeu não traz nenhum interesse.”.

Essa visão de aprendizagem e avaliação não pode se encaixar dentro das novas exigências da educação atuais em nosso país, considerando a nossa Lei de Diretrizes e Bases que reza que os professores devem se responsabilizar pela aprendizagem dos alunos e avaliar seu desempenho de forma contínua e cumulativamente prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos numa intenção de inserção do educado a escola. Inserção nitidamente insistente na avaliação na perspectiva de exame que segundo Hoffmann (2009) por apontar apenas as falhas do processo de ensino aprendizagem, acaba reforçando a ideia de uma educação para poucos.

Já na concepção construtivista, o aluno elabora o conhecimento a partir das mediações dos professores e o olhar e fazer avaliativo é voltado para o ato de avaliar que Luckesi (2005) afirma ter a função de investigar a qualidade do desempenho do aluno para nortear as intervenções dos educadores, onde tem igual importância o que o aluno aprendeu e o que ainda não aprendeu, uma vez que “O que já aprendeu está bem; mas, o que não aprendeu (e necessita de aprender, porque essencial) indica a necessidade da intervenção de reorientação..., até que aprenda.”.

Nessa concepção segundo Hoffmann (2009) se respeita o saber elaborado pelo educando, partindo de ações desencadeadoras de reflexões sobre esse saber, onde o educador desafia o aluno a evoluir. Ela salienta que “Não se trata aqui, como muitos compreendem, de não delinear pontos de partida, mas, sim, de não delimitarmos ou padronizarmos pontos de chegada.” (2009, p.32). Aspecto relevante para inserção dos estudantes à escola, considerando as diferenças entre cada aluno e suas possibilidades de chegar ao dado conhecimento e dando-lhe assim a ideia de pertencimento ao contexto escolar.

Para que a avaliação chamada por Luckesi de diagnóstica e por Hoffmann de mediadora aconteça na prática escolar além dos estudos e encontros dos professores, como foi abordado anteriormente, Luckesi (2000) salienta que “Necessitamos de um currículo que valorize os conhecimentos prévios do aluno, que o respeite e valorize como indivíduo formador de opinião e ser crítico da realidade que o cerca.”.

Atendendo assim as exigências atuais da educação expressas no compromisso trazido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS que buscam o desenvolvimento do ser como cidadão atuante e crítico.

4 OS NOVOS CONTEXTOS EDUCACIONAIS

A escola contemporânea busca facilitar o acesso de todos a educação, pois o conhecimento é o fator primordial para o desenvolvimento humano de uma forma individual e/ou coletiva, uma sociedade sem educação será formadora e xerocopiadora de valores que se perderão nos anos de ignorância e falta de desenvolvimento cultural, social, econômico e político. Sendo assim os mecanismos sociais governamentais ou não, buscam viabilizar o acesso a educação e ao conhecimento em nichos na sociedade que outrora não se pensava que a educação pudesse ser possível.

A classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar é um exemplo muito forte desse nicho social, todas as atividades desenvolvidas no território brasileiro tiveram o seu início conduzido por instituições não governamentais, sendo posteriormente a proposta de trabalho abraçada pelo poder público independentemente da instância em função da necessidade social, o crescimento que o trabalho apresenta e as inquietações sociais que surgiram em função da inércia governamental diante de tal situação.

Nos anos 90, no Brasil foram criadas as primeiras leis específicas para a “Classe Hospitalar”, antes a Classe Hospitalar era normatizada pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB 9394/96, só com a finalidade de “garantir” educação para todos. Em 2002 o Ministério da Educação e Cultura fez uma publicação dizendo que:

Tem direito ao atendimento escolar os alunos do ensino básico internados em hospital, em serviços ambulatoriais de atenção integral à saúde ou em domicílio; alunos que estão impossibilitados de frequentar a escola por razões de proteção à saúde ou segurança abrigados em casas de apoio, casas de passagem, casas-lar e residências terapêuticas. Para estudantes nessas condições, as secretarias de Educação e de Saúde devem oferecer alternativas para que continuem estudando até estarem aptos a retornar à escola assim que cessar o tratamento ou a condição especial que os obrigou a ficarem fora da rotina escolar. A classe hospitalar deve, portanto, favorecer o desenvolvimento de atividades pedagógicas, ter mobiliário adequado, espaço ao ar livre para atividades físicas e ludo pedagógico. **(O Pedagogo na Saúde**. Disponível em www.slides.net/guest47da22/o-pedagogo-nos-hospitais1. Acesso em 19 abril 2013, às 21:07:37)

O Rio de Janeiro foi o estado precursor do atendimento com a classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar, em 2011 houve o congresso no Pará onde foi criada a Carta do Pará, o Paraná vem desenvolvendo políticas positivas com muita aplicabilidade, cursos de formação organizados e certificados pela PUC-PR e o quarto estado da federação mais atuante é a Bahia que mesmo assim se encontra com muita defasagem em relação ao Paraná e o Rio de Janeiro, na Bahia acontece o colóquio da classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar, que visa apresentar as práticas pedagógicas de seus professores e busca trazer referências nacionais para engrandecer o evento e aprimorar a prática dos participantes.

A Pedagogia Hospitalar está inserida nas transformações pelas quais a Sociedade do Conhecimento vem passando, na tentativa dicotômica de unir Educação e Saúde como direito a todos os cidadãos, já que é reconhecida legalmente a prática educacional no ambiente hospitalar. De acordo com Matos e Mugiatti (2008, p.15) pedagogos e professores, “profissionais da educação, nas equipes especializadas hospitalares, e na condição de técnico por excelência do processo cognitivo”, podem oferecer melhores possibilidades para contribuir ao trabalho da equipe

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

A Lei de Diretrizes e Base da Educação no seu art.5º,§5º (BRASIL, 1988) diz que para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino o poder público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino.

Denomina-se de Classe Hospitalar o atendimento pedagógico que acontece em um ambiente de tratamento de saúde seja ele um hospital, casa de apoio ou domicílio. O atendimento pedagógico para o escolar da Classe Hospitalar independe se o seu internamento será de um dia, para tratamento de doenças crônicas, pós-operatório ou como os portadores de doença renal crônica que fazem hemodiálise e mesmo preso a uma máquina tem o seu atendimento pedagógico assegurado. Nas casas de apoio acontece o atendimento pedagógico para o escolar que sai da sua cidade de origem e vai para outra cidade fazer tratamento longo de saúde, para a criança não ficar fora do ambiente pedagógico existe esse atendimento e por fim os domicílios aonde o atendimento pedagógico acontece para crianças e/ou adolescente que não podem ir para uma escola regular por causa de algum problema de saúde, sendo esse problema crônico ou não. Em todos os casos o professor se desloca para o ambiente onde o escolar esteja para junto com ele fazer acontecer o processo de ensino aprendizagem.

O processo de assegurar a atendimento da Classe Hospitalar vem sendo fomentado em um momento do Brasil onde o cuidado e responsabilidade com as crianças e adolescentes fica forte a cada movimento social, que busca assegurar os seus direitos e esse movimento passa também a descobrir direitos que existiam e não eram de conhecimento popular, o Estatuto da Criança e do Adolescente lei de nº 8.069 de 1990 já fortalece esse direito ao atendimento as Classes Hospitalares.

5 A AVALIAÇÃO NA CLASSE HOSPITALAR E DOMICILIAR

Para compreensão do sistema de avaliação num contexto escolar se faz necessário a abordagem sobre seu currículo, suas concepções do processo ensino aprendizagem e o perfil de seus profissionais envolvidos.

Segundo o documento Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar do Ministério da Educação, o trabalho nessas classes exige um profissional que:

...deverá ter a formação pedagógica preferencialmente em Educação Especial ou em cursos de Pedagogia ou licenciaturas, ter noções sobre as doenças e condições psicossociais vivenciadas pelos educandos e as características delas decorrentes, sejam do ponto de vista clínico, sejam do ponto de vista afetivo. (2002, p.22)

Um professor com um perfil criativo e muita sensibilidade, pois o trabalho nessa modalidade de ensino vai além da garantia da continuidade do ensino da criança e do adolescente com problemas de saúde, traz para os educadores a missão de tentar levar o mundo até eles, dando-lhes variadas oportunidades de vivências e experiências que auxiliem em seu desenvolvimento.

Rodrigues (2012 p. 52) salienta que para atuar nesta modalidade de ensino o professor precisa “ter uma visão humanística, que vai além de teorias preestabelecidas” enfatizando a necessidade de se trabalhar o emocional como fator viabilizador da socialização e da aprendizagem dentro das classes hospitalares.

Com um trabalho bastante peculiar, os professores das classes hospitalares e domiciliares precisam ter uma postura de pesquisador e de mediador para dar conta dos planos, programas e projetos que, segundo Fonseca (2003, p.26) devem “ser abertos, moveis, mutantes, constantemente reorientados pela situação especial e individual de cada criança” atendendo a uma oferta curricular ou didático - pedagógica flexibilizada como determina documento Classes Hospitalares e Atendimento Pedagógico Domiciliar do Ministério da Educação.

Assim a prática do professor das classes hospitalares e domiciliares é norteada por um diagnóstico dos conhecimentos prévios dos alunos, do ambiente em que estão inseridos, suas condições de saúde e seus aspectos emocionais, onde as atividades segundo Fonseca (2003 p.40) sejam focadas em objetivos definidos e vinculadas aos conteúdos a serem desenvolvidos a partir dos interesses dos alunos pacientes. A autora salienta que o educador deve se posicionar como observador pra colher dados que o permita “planejar, desenvolver, avaliar e registrar mais assertivamente o seu atendimento pedagógico educacional hospitalar”.

Com a proposta de trabalho que exige interdisciplinaridade e concepção sócio-construtivista da aprendizagem, o educador da classe hospitalar e domiciliar precisa de uma avaliação com caráter diagnóstico e mediador que lhe proporcione um olhar sobre todo o processo educacional dos escolares e permita formular intervenções que facilitem o desenvolvimento deles.

Fonseca (2003, p.46) enfatiza que a avaliação nas classes hospitalares deve ser como em qualquer trabalho, “um processo que está presente

no transcorrer de toda e qualquer atividade desenvolvida” e destaca a importância do professor registrar esse processo para que não se percam os aspectos importantes sobre o agir do escolar durante as atividades e sobre seu desenvolvimento e aprendizagem.

São usados como instrumentos de avaliação neste contexto educacional a observação e registro diários sobre o transcorrer das aulas e sobre desempenho do escolar que servem de base para elaboração do relatório que será encaminhado para escola de origem do educando. Fonseca (2003, p.46) destaca que a prática diária do registro das observações aprimora a habilidade do professor em realizar essa tarefa e “contribui positivamente para o aprimoramento e para a elaboração de um relatório de desempenho mais complexo”.

Sobre o relatório de avaliação como instrumento de uma avaliação mediadora Hoffmann (2009) aborda que este só pode se constituir ao longo do processo, sendo uma síntese final do que vem ocorrendo e do que foi vivenciado. A autora diz que na elaboração do relatório o professor revela suas posturas pedagógicas, seus saberes didáticos e referenciais teóricos que são a imagem da relação professor/aluno e de como se dar o processo de construção do conhecimento.

Hoffmann (2009) destaca que o relatório deve expressar avanços, conquistas, descobertas do aluno, assim como o relato do processo vivenciado para sua evolução, seu desenvolvimento, direcionando encaminhamentos e sugestões de cooperação entre todos que fazem parte do processo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da aprendizagem teve seu sentido variado pelas mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas que determinaram o rumo das práxis escolares em nosso país. Permanecendo durante muitos séculos como classificatória e excludente a avaliação vem sendo discutida e estudada por teóricos e professores que ao mudarem a visão sobre o processo de ensino aprendizagem e de desenvolvimento do educando, mudaram o sentido e objetivo da avaliação.

Hoje, apesar dos exames ainda permanecerem na prática educacional brasileira, se procura trazer para as escolas e espaços educacionais a ação avaliativa mediadora que de acordo com Hoffmann (2009) se revela a partir de uma postura pedagógica que respeite o saber elaborado pelo aluno, ofereça oportunidades ao

educando de vivenciar situações desafiadoras e que lhe permitam avanços em seu desenvolvimento e aprendizagem.

Constituída por uma prática pedagógica voltada para humanização do ser, com a valorização da história e dos aspectos físicos, psicológico, social, cognitivo e afetivo do escolar, as classes hospitalares e domiciliares de acordo com Fonseca (2003, p. 46) realizam atividades que apresentam início, meio e fim direcionados a diagnosticar e incluir os alunos em momentos de trocas com professores e colegas para que construam, reformulem e aprimorem conhecimentos, ao tempo que se desenvolve enquanto ser. Trazendo assim na sua prática a concepção da avaliação mediadora fazendo o acompanhamento, registro e reflexão sobre o processo ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**, 1 ed. São Paulo: Moderna, 1989.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Lei nº 9394- 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
- _____. - Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Especial. **Política Nacional de educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. 66p, livro 1.
- _____. - Ministério da educação. Secretaria de educação Especial. **Classe Hospitalar e atendimento e Pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília: MEC; SEESP, 2002.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília. MEC 2004.
- BARBOSA, F. N. R. Políticas de Atendimento pedagógico domiciliar na rede municipal de ensino de Curitiba: uma proposta inclusiva considerando tempo e forma de aprender. **EDUCERE – Congresso Nacional de educação**. PUC/PR, p. 5402 a 5413, 2009.
- CARVALHO, Mirtes G. H. de; CARVALHO, Marlene A. **Avaliação da aprendizagem: uma evolução histórica**. Disponível em http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/file/ eventos/ evento 2002/GT.10/GT10_5_2002.pdf .Acesso em 24/02/2014
- FERREIRA, Jacques de Lima **Competências do Professor Na Pedagogia Hospitalar**. EDUCERE - Congresso Nacional de Educação. Curitiba: PUC/PR, p. 163 a 173, 2011.
- FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Processos avaliativos: pano de fundo dos cenários escolares**. Coleção EDUCAÇÃO UNISINOS -v. 6, n. 11. 2002, p. 11-27
- FONSECA, Eneida Simões **Atendimento Escolar no Ambiente Hospitalar**. 1^a ed. Florianópolis: Memnon, 2003.
- HOFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem**. São Paulo/SP: Cortez 2011, p.149 -294.
- _____, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem... mais uma vez**. Revista ABC EDUCATIVO. Nº 46 jun/2005, p. 28-29. Disponível em

http://www.luckesi.com.br/textos/abc_educatio/abceducatio_46_avaliacao_da_aprendizagem_mais_uma_vez.pdf Acesso em 25/02/1014

_____, Cipriano. Entrevista sobre Avaliação da Aprendizagem, concedida ao Jornal do Brasil e publicada no dia 21/07/2000. Disponibilizada no site WWW.luckesi.com.br. Acesso em 28/02/1014

_____, Cipriano Carlos. **O que é mesmo o ato de avaliar a Aprendizagem.** Pátio. Porto Alegre: ARTMED. Ano 3, nº12fev/2000. Disponível em <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf> . Acesso em 24/02/1014

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; TORRES, Patrícia Lupion. **Teoria e Prática na Educação Hospitalar: Novos Cenários Novos Desafios.** 2^a ed. Curitiba: Champagnat, 2011.

_____, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde.** 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Janine Marta C. **Classes Hospitalares: O Espaço Pedagógico nas Unidades de Saúde.** Rio de Janeiro: WAK Editora, 2012.